

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

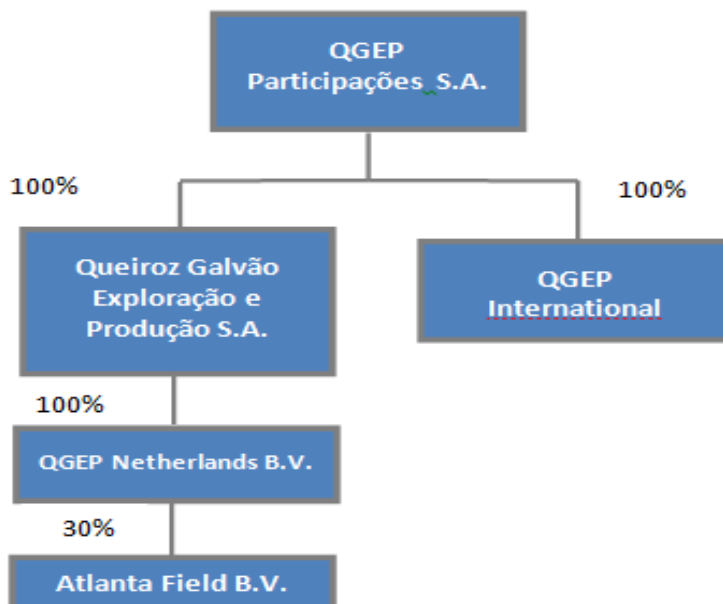
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Estrutura societária

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1301, Rio de Janeiro (“Companhia” ou “QGEPP”) tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



A controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

A QGEP Netherlands B.V. (“QGEP B.V.”) com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da QGEP tendo como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”) com sede na cidade de Roterdã, Holanda, controlada indireta da QGEP e direta da QGEP B.V., detendo 30% de participação societária, tem como objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da área de concessão e, ainda, adquirir, administrar, operar equipamentos, incluindo a equipamentos registrados para apoiar as atividades declaradas do Grupo. A OGX Netherlands Holding B.V e a FR Barra 1S.àr.l., em função da parceria com a QGEP na concessão do Bloco BS-4, detêm 40% e 30%, respectivamente, de participação na AFBV.

Em 3 de outubro de 2013, foi constituída a QGEP International GmbH (“QGEP International”), com sede na cidade de Viena, Áustria, subsidiária integral da QGEP tendo como objeto social aquisição de empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos.

Histórico Operacional:

As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (“E&P”) são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas, são referidas em conjunto nestas demonstrações financeiras como “Grupo”.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo apresenta em seu portfólio a participação em dezesseis concessões de E&P localizadas na porção offshore da Margem Continental brasileira (nota explicativa 21), sendo doze concessões em fase exploratória e 4 concessões em fases de desenvolvimento/ produção. Todas as participações nas concessões pertencem à controlada QGEP.

Na concessão BCAM-40 estão situados os campos de Manati e Camarão Norte, que se encontram, respectivamente, nas fases de produção e desenvolvimento da produção. Na concessão BS-4 estão situados os campos de Atlanta e Oliva, que se encontram em fase de desenvolvimento da produção.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoar o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira). Desde agosto de 2015 a estação de compressão de Manati foi conectada ao sistema. A estação está agora em plena operação e a capacidade de produção já retornou ao patamar de 6,0 milhões de m³/dia.

No Bloco BM-J-2, a revisão dos estudos de viabilidade técnica e econômica do projeto, incorporando os resultados da perfuração do poço 1-QG-5-A e do reprocessamento dos dados sísmicos 3D, indicaram a inviabilidade econômica da continuidade do projeto, que levou a devolução do Bloco em 21 de dezembro de 2015. Foi entregue também nessa data o Relatório Final do PAD. Os valores registrados como baixa do Bloco BM-J-2 na rubrica de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás foram no montante de R\$332.487.

Na Concessão BM-S-8 ocorreu no primeiro semestre de 2015 a perfuração do poço Carcará Norte (3-SPS-105), localizado aproximadamente a 5 km do poço descobridor. Esse poço comprovou as previsões e mostrou a existência de uma coluna de petróleo e gás, em reservatórios conectados do pré-sal. Pelos dados de pressão, comprova-se que esse poço está na mesma acumulação do poço Carcará (1-SPS-86B). A mesma sonda que perfurou esse poço perfurou a seção de reservatórios do poço Carcará NW (3-SPS-104DA) no final de setembro de 2015. Através de medições de pressão, observa-se que a seção de reservatórios se mostrou totalmente conectada à coluna de óleo dos dois primeiros poços. Ainda no quarto trimestre de 2015 foram realizados dois testes de formação a poço revestido (TFRs) no poço Carcará Norte que apresentaram produtividade com vazões de óleo potenciais de óleo, pelo menos, equivalentes superiores aos melhores poços do pré-sal.

O Bloco BS-4 engloba os Campos de Atlanta e Oliva, cujo desenvolvimento já está em andamento. O Campo de Atlanta é um campo de óleo do pós-sal, localizado no Bloco BS-4, a 17 km do Campo de Oliva. No primeiro semestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os dois primeiros poços horizontais do Sistema de Produção Antecipada (SPA) no Campo de Atlanta foram perfurados e completados. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram assinados os contratos de afretamento e operação da unidade de produção (FPSO - unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência) Petrojarl I para desenvolver o Campo por meio do SPA. O navio contratado está sendo adaptado, na Holanda, de acordo com nossas especificações, com previsão de entrega no Campo no terceiro trimestre do exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 e início de produção no quarto trimestre. O CAPEX total estimado para o SPA é de USD 745 milhões, sendo USD 223,5 milhões líquidos referentes a participação da QGEP. Este montante é referente a um sistema com três poços produtores, com opção de perfuração do terceiro poço. Até 31 de dezembro de 2015, a QGEP e AFBV incorreram em USD156 milhões do CAPEX total do SPA.

Em outubro de 2015, a Companhia assinou o contrato (COSA - Crude Oil Sales Agreement) com a Shell Western Supply and Trading Ltd (Shell) para a comercialização da produção do SPA de Atlanta. As vendas de óleo serão Free on Board (FOB) no FPSO, com um mecanismo de preço netback. O COSA tem prazo de três anos, com a possibilidade de extensão por mais um ano. Os demais consorciados do Campo de Atlanta celebraram o mesmo tipo de acordo comercial com a Shell.

Já o Plano de Desenvolvimento (PD) do Campo de Oliva, aprovado em 21 de agosto de 2013, prevê a perfuração de um poço de Aquisição de Dados de Reservatório no exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, seguido de teste a comprovar a estimativa de reservas e a tomada de decisão para o modelo de desenvolvimento do Campo.

As concessões adquiridas na 11^a rodada de licitação da ANP, nas bacias da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Ceará, Pernambuco-Paraíba e Espírito Santo, estão em fase de aquisição ou de processamento da sísmica 3D. O total acumulado gasto até 31 de dezembro de 2015 é de R\$49.055. A programação para perfuração de poços, onde temos o compromisso no primeiro período, deverá ocorrer nos exercícios de 2017 e 2018 (nota explicativa 22).

Na 13ª Rodada de Licitações da ANP a controlada QGEP adquiriu a participação de 100% nos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428. Ambos os Blocos estão localizados em água ultra-profunda da Bacia de Sergipe-Alagoas, com área de 756,86 km² e 756,24 km², respectivamente.

O bônus de assinatura pago foi o valor mínimo exigido pela ANP, no valor de R\$63,9 milhões para o Bloco SEAL-M-351 e R\$36,1 milhões para o Bloco SEAL-M-428. O Programa exploratório mínimo (PEM) para o primeiro período de ambos os Blocos está coberto por uma carta de garantia de R\$18,3 milhões. Para o cumprimento destes Programas prevê-se fazer levantamento sísmico cobrindo a área do bloco com um valor estimado em torno de US\$10 milhões. O contrato de concessão foi assinado em 23 de Dezembro de 2015 dando início ao 1º período da Fase de Exploração que tem duração de 5 anos.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras da QGEPP estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo encontra-se descrito nos tópicos abaixo:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como das informações contábeis referentes aos fundos exclusivos descritos na nota explicativa 4. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o período estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, compreendem as informações financeiras de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

| | <u>País de operação</u> | <u>Controle</u> | <u>Porcentagem de participação - %</u> | |
|--------------------|-------------------------|-----------------|--|-------------------|
| | | | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
| QGEP | Brasil | Direto | 100% | 100% |
| QGEP International | Áustria | Direto | 100% | 100% |
| QGEP B.V. | Holanda | Indireto | 100% | 100% |

2.4. Participações em negócios em conjunto (“joint venture”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual uma Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “joint venture” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A controlada indireta QGEP B.V. apresenta participação em entidade controlada em conjunto nas suas demonstrações financeiras usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

| | País de operação | Controle | Tipo de negócio | Porcentagem de participação - % | |
|------|---------------------|----------|---|------------------------------------|------------|
| | | | | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| AFBV | Holanda | Indireto | Negócios em conjunto (<i>Joint venture</i>) | 30% | 30% |

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento: exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com o cliente Petrobras e no Brasil.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.8. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“dryhole”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas desenvolvidas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas desenvolvidas quando entrarem na fase de produção.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;

- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Conforme descrito na nota explicativa 1, o bloco exploratório BM-J-2 foi devolvido pela Companhia.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de *impairment* dos mesmos através do valor em uso usando o método dos fluxos de caixa estimados descontados a valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil na data da avaliação. Premissas futuras, obtidas de fontes independentes sobre reserva de hidrocarbonetos, câmbio na moeda norte americana, taxa de desconto, preço do barril e custos são considerados no modelo de teste de *impairment*.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 16). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido).

2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.8, os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.10. Gastos associados às *joint operations* de exploração e produção

Como operadora das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações da Companhia é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, a operadora é responsável por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pela operadora contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos para a operação total da concessão. Os impactos no resultado individual da operadora, entretanto, refletem apenas as suas participações nas concessões já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos mensalmente. A operadora estima os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos já incorridos ou a incorrer na operação, faturados ou não pelos fornecedores. Estes gastos são cobrados aos parceiros através de *cash calls* e a prestação de contas é feita mensalmente através do relatório *billing statement*.

2.11. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, principalmente na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória e de desenvolvimento. Uma vez utilizados e, dependendo da fase da campanha (exploratória ou desenvolvimento), esses materiais são reclassificados de estoques para imobilizado ou ao resultado. Os estoques de materiais são registrados ao custo de aquisição e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização (Nota explicativa 7). A previsão de sua utilização conforme plano futuro de exploração e desenvolvimento corroboram a classificação como ativo circulante e não circulante.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.13. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 15).

2.14. Obrigações legais

Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Impostos e contribuições a recolher, subgrupo obrigações legais”, no passivo não circulante, líquido dos depósitos judiciais correspondentes.

2.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos seus riscos inerentes a terceiros.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração (de acordo com modelo de negócios aprovados pela Administração e pelos conselhos de governança da Companhia).

2.17. Incentivos fiscais

2.17.1. Federais

Por possuir o Campo de Manati, que está localizado na área de abrangência da Sudene, a QGEP, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicional, calculados com base no Lucro da Exploração durante 10 (dez) anos, usufruindo deste benefício a partir do exercício de 31 de dezembro de 2008. Na investida operacional QGEP, o valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Este benefício está enquadrado como subvenção de investimento, atendendo às normas prevista no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.17.2. Estaduais

De acordo com o Decreto 13.844/12, do Governo da Bahia, a QGEP usufrui de um crédito presumido de 20% do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural devido ao investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

Na investida operacional QGEP, esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada à rubrica de “Reservas de lucros - incentivos fiscais” no patrimônio líquido, atendendo às normas prevista no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.18. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na nota explicativa nº 24iii.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido (“plano de opção de ações”). No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações”.

2.19. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.21. Ativos financeiros

Os ativos financeiros do Grupo estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.21.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado) e debêntures compromissadas) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.21.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito e aplicação financeira não circulante classificado nesta categoria.

2.21.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. O Grupo possui contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.21.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.22. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.22.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.

2.22.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando essas vencem.

2.23. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada indireta sediada na Holanda, a controlada direta sediada na Áustria e a controlada em conjunto, também sediada na Holanda, utilizam o dólar norte americano (US\$) como moeda funcional. As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02 (R2):

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo e arrendamento de equipamentos).

2.23.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

2.24. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.26. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no período.

2.27. Novas normas, alterações e interpretações

- a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2015.

As normas a seguir relacionadas, referentes às informações do Grupo, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015 ou em períodos subsequentes.

| <u>Pronunciamento ou interpretação</u> | <u>Descrição</u> | <u>Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após</u> |
|--|-------------------------|--|
| IAS 19 / CPC 33 (R1) | Benefícios a empregados | 1º de julho de 2014 |

- b) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo.

O Grupo não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referentes às suas operações, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

| <u>Pronunciamento ou interpretação</u> | <u>Descrição</u> | <u>Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após</u> |
|--|---|--|
| IFRS 9 | Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação | 1º de janeiro de 2018 |
| IFRS 14 | Contas de diferimento regulatório | 1º de janeiro de 2016 |
| IFRS 15 | Receita de contrato com clientes | 1º de janeiro de 2018 |
| IFRS 16 | Arrendamento mercantil | 1º de janeiro de 2019 |
| IFRS 11 | Contabilização para aquisições de participação em operações em conjunto | 1º de janeiro de 2016 |
| IAS 27 | Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas | 1º de janeiro de 2016 |
| IAS 1 | Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras | 1º de janeiro de 2016 |

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRS, mas existe a expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. Exceto para o IFRS 14 que a Administração entende não ser aplicável às operações da QGEPP, a Companhia está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

2.28. CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

A Administração da Companhia identificou a necessidade de reapresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, aprovadas em 12 de março de 2015 e 24 de fevereiro de 2014, respectivamente.

A reapresentação tem como objetivo retificar os efeitos do reconhecimento contábil da remensuração da provisão de abandono, quando aplicável, à luz da interpretação do CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e ICPC12 (Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares).

As alterações nas demonstrações financeiras ora apresentadas decorrem dos efeitos dos registros contábeis da variação cambial da moeda norte americana, uma das premissas utilizadas na remensuração da provisão para abandono de áreas em desenvolvimento e áreas produtoras de hidrocarbonetos. O efeito da referida variação cambial vinha sendo registrado contabilmente como resultado financeiro líquido e ora passa a ser registrado em contrapartida ao ativo imobilizado nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e nas demonstrações financeiras comparativas que estão sendo reapresentadas (referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013).

Os reflexos contábeis no consolidado decorrentes do registro da variação cambial no ativo imobilizado, recálculo de depreciação/amortização e remensuração das despesas de imposto de renda / impostos e contribuições a recuperar, bem como os reflexos contábeis na controladora nas rubricas de investimentos no ativo não circulante e no resultado de equivalência patrimonial em investida, estão sendo reapresentados conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

Embora a reapresentação das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 tenha resultado em maior lucro líquido naqueles exercícios, os dividendos propostos e pagos aos acionistas com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com a legislação societária e aprovadas em 12 de março de 2015 e 24 de fevereiro de 2014, respectivamente, permanecem atendendo à regra do dividendo mínimo obrigatório da Companhia vigente naqueles exercícios. Os dividendos pagos excediam (e permanecem excedendo, mesmo com os saldos reapresentados) o mínimo requerido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (vide nota explicativa 24).

a) Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 reapresentados

| | Controladora | | |
|-------------------------------|--|---------|-------------------------------|
| | 31/12/2013 (originalmente apresentado) | Ajustes | 31/12/2013 (Reapresentado) |
| ATIVO | | | |
| <u>Circulante</u> | | | |
| Ativos circulantes | 4.608 | - | 4.608 |
| Total do ativo circulante | 4.608 | - | 4.608 |
| <u>Não circulante</u> | | | |
| Investimentos | 2.404.666 | 32.407 | 2.437.073 |
| Outros ativos não circulantes | - | - | - |
| Total do ativo não circulante | 2.404.666 | 32.407 | 2.437.073 |
| Total do ativo | 2.409.274 | 32.407 | 2.441.681 |
| | Controladora | | |
| | 31/12/2013 | Ajustes | 31/12/2013 |

| | (originalmente apresentado) | | (Reapresentado) |
|---------------------------------------|--------------------------------|---------------|------------------|
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| <u>Circulante</u> | | | |
| Passivos circulantes | <u>217</u> | <u>-</u> | <u>217</u> |
| Total do passivo circulante | <u>217</u> | <u>-</u> | <u>217</u> |
| Passivos não circulantes | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do passivo não circulante | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do patrimônio líquido | <u>2.409.057</u> | <u>32.407</u> | <u>2.441.464</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | <u>2.409.274</u> | <u>32.407</u> | <u>2.441.681</u> |

| | Consolidado | | |
|---------------------------------------|--|---------------|-------------------------------|
| ATIVO | 31/12/2013 (originalmente apresentado) | Ajustes | 31/12/2013 (Reapresentado) |
| <u>Circulante</u> | | | |
| Impostos e contribuições a recuperar | 10.380 | 1.711 | 12.091 |
| Ativos circulantes | <u>1.273.843</u> | <u>-</u> | <u>1.273.843</u> |
| Total do ativo circulante | <u>1.284.223</u> | <u>1.711</u> | <u>1.285.934</u> |
| <u>Não circulante</u> | | | |
| Imobilizado | 1.083.459 | 30.696 | 1.114.155 |
| Outros ativos não circulantes | <u>671.639</u> | <u>-</u> | <u>671.639</u> |
| Total do ativo não circulante | <u>1.755.098</u> | <u>30.696</u> | <u>1.785.794</u> |
| Total do ativo | <u>3.039.321</u> | <u>32.407</u> | <u>3.071.728</u> |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| <u>Circulante</u> | | | |
| Passivos circulantes | <u>233.704</u> | <u>-</u> | <u>233.704</u> |
| Total do passivo circulante | <u>233.704</u> | <u>-</u> | <u>233.704</u> |
| Passivos não circulantes | <u>396.560</u> | <u>-</u> | <u>396.560</u> |
| Total do passivo não circulante | <u>396.560</u> | <u>-</u> | <u>396.560</u> |
| Total do patrimônio líquido | <u>2.409.057</u> | <u>32.407</u> | <u>2.441.464</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | <u>3.039.321</u> | <u>32.407</u> | <u>3.071.728</u> |

| ATIVO | Controladora | | |
|---------------------------------------|---|----------------|--------------------------------------|
| | <u>31/12/2014</u> (originalmente apresentado) | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) |
| <u>Circulante</u> | | | |
| Ativos circulantes | <u>6.200</u> | <u>-</u> | <u>6.200</u> |
| Total do ativo circulante | <u>6.200</u> | <u>-</u> | <u>6.200</u> |
| <u>Não circulante</u> | | | |
| Investimentos | <u>2.522.772</u> | <u>61.176</u> | <u>2.583.948</u> |
| Outros ativos não circulantes | <u>1</u> | <u>-</u> | <u>1</u> |
| Total do ativo não circulante | <u>2.522.773</u> | <u>61.176</u> | <u>2.583.949</u> |
| Total do ativo | <u>2.528.973</u> | <u>61.176</u> | <u>2.590.149</u> |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| <u>Circulante</u> | | | |
| Passivos circulantes | <u>145</u> | <u>-</u> | <u>145</u> |
| Total do passivo circulante | <u>145</u> | <u>-</u> | <u>145</u> |
| Passivos não circulantes | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do passivo não circulante | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do patrimônio líquido | <u>2.528.828</u> | <u>61.176</u> | <u>2.590.004</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | <u>2.528.973</u> | <u>61.176</u> | <u>2.590.149</u> |

| ATIVO | Consolidado | | |
|---------------------------------------|---|----------------|--------------------------------------|
| | <u>31/12/2014</u> (originalmente apresentado) | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) |
| <u>Circulante</u> | | | |
| Impostos e contribuições a recuperar | <u>33.692</u> | <u>3.944</u> | <u>37.636</u> |
| Ativos circulantes | <u>1.306.023</u> | <u>-</u> | <u>1.306.023</u> |
| Total do ativo circulante | <u>1.339.715</u> | <u>3.944</u> | <u>1.343.659</u> |
| <u>Não circulante</u> | | | |
| Imobilizado | <u>1.121.384</u> | <u>57.232</u> | <u>1.178.616</u> |
| Outros ativos não circulantes | <u>709.963</u> | <u>-</u> | <u>709.963</u> |
| Total do ativo não circulante | <u>1.831.347</u> | <u>57.232</u> | <u>1.888.579</u> |
| Total do ativo | <u>3.171.062</u> | <u>61.176</u> | <u>3.232.238</u> |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| <u>Circulante</u> | | | |
| Passivos circulantes | <u>110.607</u> | <u>-</u> | <u>110.607</u> |
| Total do passivo circulante | <u>110.607</u> | <u>-</u> | <u>110.607</u> |
| Não circulante | | | |
| Passivos não circulantes | <u>531.627</u> | <u>-</u> | <u>531.627</u> |
| Total do passivo não circulante | <u>531.627</u> | <u>-</u> | <u>531.627</u> |
| Total do patrimônio líquido | <u>2.528.828</u> | <u>61.176</u> | <u>2.590.004</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | <u>3.171.062</u> | <u>61.176</u> | <u>3.232.238</u> |

b) Demonstrações dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 reapresentadas

| | Controladora | | |
|---|---|----------------|--------------------------------------|
| | <u>31/12/2014</u> (originalmente apresentado) | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) |
| Receita líquida | - | = | - |
| Custos de mercadorias vendidas | - | - | - |
| Lucro Bruto | - | - | - |
| Receitas / despesas operacionais | 165.740 | 28.768 | 194.508 |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | 165.740 | 28.768 | 194.508 |
| Resultado financeiro líquido | 316 | - | 316 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 166.056 | 28.768 | 194.824 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | - | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Lucro líquido do exercício | <u>166.056</u> | <u>28.768</u> | <u>194.824</u> |
| Resultado líquido do exercício por ação | 0,64 | - | 0,75 |

| | Consolidado | | |
|---|---|----------------|--------------------------------------|
| | <u>31/12/2014</u> (originalmente apresentado) | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) |
| Receita líquida | 503.232 | - | 503.232 |
| Custos de mercadorias vendidas | (235.388) | (6.878) | (242.266) |
| Lucro Bruto | 267.844 | (6.878) | 260.996 |
| Receitas / despesas operacionais | (169.008) | - | (169.008) |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | 98.836 | (6.878) | 91.958 |
| Resultado financeiro líquido | 85.787 | 33.414 | 119.201 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 184.623 | 26.536 | 211.159 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (15.482) | 2.234 | (13.250) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | <u>(3.085)</u> | <u>-</u> | <u>(3.085)</u> |
| Lucro líquido do exercício | <u>166.056</u> | <u>28.768</u> | <u>194.824</u> |

- c) Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 reapresentado:

| | Controladora e consolidado | | |
|---|---|----------------|--|
| | <u>31/12/2014</u> (originalmente apresentado) | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) |
| Lucro líquido do exercício | 166.056 | 28.768 | 194.824 |
| Outros resultados abrangentes | | | |
| Ajustes acumulados de conversão de empresas no exterior | <u>3.219</u> | <u>-</u> | <u>3.219</u> |
| Resultado abrangente do exercício | <u>169.275</u> | <u>28.768</u> | <u>198.043</u> |

- d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 reapresentadas:

| | Controladora e consolidado | | |
|-------------------------------|---|----------------|--------------------------------------|
| | <u>31/12/2013</u> (originalmente apresentado) | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2013</u> (Reapresentado) |
| Capital social | 2.078.116 | - | 2.078.116 |
| Reservas de capital | (39.873) | - | (39.873) |
| Reservas de lucros | 368.623 | 32.407 | 401.030 |
| Outros resultados abrangentes | <u>2.191</u> | <u>-</u> | <u>2.191</u> |
| Total | <u>2.409.057</u> | <u>32.407</u> | <u>2.441.464</u> |

| | Controladora e consolidado | | |
|-------------------------------|--|----------------|--------------------------------------|
| | <u>31/12/2014</u> (originalmente apresentados) | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) |
| Capital social | 2.078.116 | - | 2.078.116 |
| Reservas de capital | (49.375) | - | (49.375) |
| Reservas de lucros | 494.677 | 61.176 | 555.853 |
| Outros resultados abrangentes | <u>5.410</u> | <u>-</u> | <u>5.410</u> |
| Total | <u>2.528.828</u> | <u>61.176</u> | <u>2.590.004</u> |

- e) Demonstração do fluxo de caixa para exercício findo em 31 de dezembro de 2014 reapresentada:

| | Controladora | | |
|---|---|----------------|--------------------------------------|
| | <u>31/12/2014</u> (originalmente apresentado) | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) |
| Fluxo de caixa de atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | 166.056 | 28.768 | 194.824 |
| Ajustes em: | | | |
| Equivalência patrimonial | (169.759) | (28.768) | (198.527) |
| | | <u>-</u> | |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | |
| Ativos operacionais | 5 | - | 5 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | |
| Passivos operacionais | <u>(76)</u> | <u>-</u> | <u>(76)</u> |
| Caixa líquido gerado pelas operações | <u>(3.774)</u> | <u>-</u> | <u>(3.774)</u> |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | <u>62.014</u> | <u>-</u> | <u>62.014</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | <u>(58.507)</u> | <u>-</u> | <u>(58.507)</u> |

| Controladora | | | |
|--|--|---------|-------------------------------|
| | 31/12/2014 (originalmente apresentado) | Ajustes | 31/12/2014 (Reapresentado) |
| Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa | <u>(267)</u> | - | <u>(267)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | <u>268</u> | - | <u>268</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | <u>1</u> | - | <u>1</u> |
| Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa | <u>(267)</u> | - | <u>(267)</u> |

| Consolidado | | | |
|--|--|----------|-------------------------------|
| | 31/12/2014 (originalmente apresentado) | Ajustes | 31/12/2014 (Reapresentado) |
| Fluxo de caixa de atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | 166.056 | 28.768 | 194.824 |
| Ajustes em: | | | |
| Equivalência patrimonial | 185 | - | 185 |
| Amortização e depreciação | 115.897 | 6.878 | 122.775 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.085 | - | 3.085 |
| Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos | 5.932 | - | 5.932 |
| Baixa de imobilizado / intangível | 70.647 | - | 70.647 |
| Despesa com plano de opção de ação | 9.005 | - | 9.005 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | 15.482 | - | 15.482 |
| Provisão para pesquisa e desenvolvimento | 4.183 | - | 4.183 |
| Variação cambial / outros | 52.205 | (33.414) | 18.791 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | |
| Contas a receber de clientes | (2.181) | - | (2.181) |
| Impostos a recuperar | (25.629) | (2.233) | (27.862) |
| Outros ativos | 89.083 | - | 89.083 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | |
| Passivos operacionais | (155.482) | - | (155.482) |
| Caixa líquido gerado pelas operações | <u>348.468</u> | - | <u>348.468</u> |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | <u>(617.267)</u> | - | <u>(617.267)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | 25.006 | - | 25.006 |
| Variação cambial sobre caixas e equivalentes | <u>3.219</u> | - | <u>3.219</u> |
| Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa | <u>(240.574)</u> | - | <u>(240.574)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | <u>357.765</u> | - | <u>357.765</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | <u>117.191</u> | - | <u>117.191</u> |
| Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa | <u>(240.574)</u> | - | <u>(240.574)</u> |

f) Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 reapresentada:

| | Controladora | | |
|--|--|---------------|-------------------------------|
| | 31/12/2014 (originalmente apresentado) | Ajustes | 31/12/2014 (Reapresentado) |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS) | <u>879</u> | <u>-</u> | <u>879</u> |
| Valor (utilizado) adicionado bruto | <u>(879)</u> | <u>-</u> | <u>(879)</u> |
| Valor adicionado líquido produzido (utilizado) pela entidade | (879) | - | (879) |
| Valor adicionado recebido em transferência | 170.078 | 28.768 | 198.846 |
| Resultado de equivalência patrimonial e dividendos | 169.759 | 28.768 | 198.527 |
| Receitas financeiras | 319 | - | 319 |
| Outros | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Valor adicionado total a distribuir | <u>169.199</u> | <u>28.768</u> | <u>197.967</u> |
| Distribuição do valor adicionado | | | |
| Pessoal: | | | |
| Remuneração direta | 2.491 | - | 2.491 |
| Benefícios | 128 | - | 128 |
| F.G.T.S | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>2.619</u> | <u>-</u> | <u>2.619</u> |
| Impostos, taxas e contribuições: | | | |
| Federais | 498 | - | 498 |
| Estaduais | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Municipais | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| ANP (bônus e royalties) | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>498</u> | <u>-</u> | <u>498</u> |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | |
| Juros | <u>3</u> | - | <u>3</u> |
| Aluguéis | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Despesas bancárias | 23 | - | 23 |
| Variação monetária / cambial | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>26</u> | <u>-</u> | <u>26</u> |
| Remuneração de capitais próprios | | | |
| Resultado líquido do exercício | <u>166.056</u> | 28.768 | <u>194.824</u> |
| | <u>166.056</u> | <u>28.768</u> | <u>194.824</u> |
| Valor adicionado distribuído | <u>169.199</u> | <u>28.768</u> | <u>197.967</u> |

| | Consolidado | | |
|--|---|-----------------|--------------------------------------|
| | <u>31/12/2014</u> (originalmente apresentado) | <u>Ajustes</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) |
| Receitas | <u>851.408</u> | - | <u>851.408</u> |
| Vendas de gás | 634.285 | - | 634.285 |
| Outras receitas | 1.508 | - | 1.508 |
| Receitas relativas à construção de ativos próprios | 215.615 | - | 215.615 |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS | 397.262 | - | 397.262 |
| Custo dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos | 186.728 | - | 186.728 |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 192.927 | - | 192.927 |
| Outros | <u>17.607</u> | - | <u>17.607</u> |
| Valor (utilizado) adicionado bruto | <u>454.146</u> | - | <u>454.146</u> |
| Depreciação, amortização e exaustão | <u>117.613</u> | <u>6.878</u> | <u>124.491</u> |
| Valor adicionado líquido produzido (utilizado) pela entidade | <u>336.533</u> | <u>(6.878)</u> | <u>329.655</u> |
| Valor adicionado recebido em transferência | 119.423 | - | 119.423 |
| Resultado de equivalência patrimonial e dividendos | (185) | - | (185) |
| Receitas financeiras | 119.608 | - | 119.608 |
| Outros | - | - | - |
| Valor adicionado total a distribuir | <u>455.956</u> | <u>(6.878)</u> | <u>449.078</u> |
| Distribuição do valor adicionado | | | |
| Pessoal: | | | |
| Remuneração direta | 53.530 | - | 53.530 |
| Benefícios | 5.282 | - | 5.282 |
| F.G.T.S | <u>2.161</u> | - | <u>2.161</u> |
| | <u>60.973</u> | - | <u>60.973</u> |
| Impostos, taxas e contribuições: | | | |
| Federais | 83.545 | (2.233) | 81.312 |
| Estaduais | 57.000 | - | 57.000 |
| Municipais | 85 | - | 85 |
| ANP (bônus e royalties) | <u>50.076</u> | - | <u>50.076</u> |
| | <u>190.706</u> | <u>(2.233)</u> | <u>188.474</u> |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | |
| Juros | 167 | - | 167 |
| Aluguéis | 3.650 | - | 3.650 |
| Despesas bancárias | 852 | - | 852 |
| Variação monetária / cambial | <u>33.552</u> | <u>(33.414)</u> | <u>138</u> |
| | <u>38.221</u> | <u>(33.414)</u> | <u>4.807</u> |
| Remuneração de capitais próprios | | | |
| Resultado líquido do exercício | <u>166.056</u> | <u>28.768</u> | <u>194.824</u> |
| | <u>166.056</u> | <u>28.768</u> | <u>194.824</u> |
| Valor adicionado distribuído | <u>455.956</u> | <u>(6.878)</u> | <u>449.078</u> |

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis às nova estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Investimentos mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o seu vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2015 é de R\$86.787 (caixa restrito). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa nº 9.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam ‘em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. As notas explicativas 23 e 24 oferecem informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e sua sensibilidade.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela sua Administração e aprovadas pelos órgãos de governança. Estas projeções e previsões futuras preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio na moeda norte americana, taxas de inflação, volume de produção dos ativos de hidrocarbonetos, preço do barril de petróleo, gastos exploratórios e compromissos, disponibilidade de licenças, e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 15). Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração e de seus assessores legais quanto aos resultados das decisões legais.

3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de *impairment*)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar na data base de apresentação quanto o Grupo desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto), considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (nota explicativa 16).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa 2.8. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação nos resultados paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, indicadores financeiros e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual da Companhia, e as diretrizes da Lei nº 10.101/2001, que regulamenta a Participação nos Lucros dos empregados nas empresas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | |
|-----------------------------|--------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Caixa e depósitos bancários | 100 | 1 |
| CDB's e debêntures | - | - |
| Total | <u>100</u> | <u>1</u> |

| | Consolidado | |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Caixa e depósitos bancários | 76.095 | 17.444 |
| CDB's e debêntures | <u>104.577</u> | <u>99.747</u> |
| Total | <u>180.672</u> | <u>117.191</u> |

O caixa e equivalentes de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB) e debêntures compromissadas, com liquidez imediata. A rentabilidade dos caixas e equivalentes de caixas em Reais está indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

b) Aplicações financeiras (circulante e não circulante)

| | Controladora | |
|------------------------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Operações Compromissadas (i) | <u>3.037</u> | <u>2.897</u> |
| Total | <u>3.037</u> | <u>2.897</u> |
| Circulante | <u>3.037</u> | <u>2.897</u> |

| | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Operações Compromissadas (i) | 160.797 | 2.897 |
| Fundo cambial exclusivo (ii) | 420.680 | 285.176 |
| Fundo de investimento exclusivo multimercado (iii): | <u>517.797</u> | <u>723.344</u> |
| Operações Compromissadas (debêntures) | 59.763 | 64.003 |
| CDB (pós-fixado CDI) | 57.138 | 86.999 |
| Títulos públicos (LFT/NTN) | 203.698 | 344.887 |
| Letras Financeiras (iv) | <u>197.198</u> | <u>227.455</u> |
| Total | <u>1.099.274</u> | <u>1.011.417</u> |
| Circulante | <u>941.514</u> | <u>1.011.417</u> |
| Não circulante (i) | <u>157.760</u> | <u>-</u> |

- i. No consolidado, o valor de R\$157.760 é classificado como ativo não circulante e refere-se à aplicação financeira em operações compromissadas e CDB's, colateral de fiança com vencimentos em 2017 e 2021 (nota explicativa 14).

- ii. Companhia possui fundo cambial exclusivo com o objetivo de atender à política de proteção da empresa com gastos exploratórios e de produção em moeda estrangeira.
- iii. A controlada QGEP possui fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI.
- iv. Letras Financeiras dos Bancos Alfa, Banco do Brasil, BNP, Banrisul, Bradesco, BTG Pactual, CEF, HSBC, Itaú, Santander, Safra, Votorantim e Volkswagen.

c) Rentabilidade

A rentabilidade dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 101,90% da variação da taxa CDI acumulada do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (102,34% em 31 de dezembro de 2014).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a variação do fundo cambial foi de 51,25% (PTAX 47,01% como benchmark do fundo) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de 12,27% (PTAX 13,38% como benchmark do fundo).

5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem contrato de longo prazo iniciado em 2007 com vencimento em junho de 2030 para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira.

Em 16 de julho de 2015, foi assinado o aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati entre a controlada QGEP e a Petrobras. O contrato original para a venda de gás previa a compra do volume de 23 bilhões de m³ de gás, com cláusula de *take or pay*. O aditivo eleva o volume total contratado para toda a reserva do Campo, mantendo-se os demais termos e condições do contrato original.

Os saldos de contas a receber referem-se basicamente a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. CRÉDITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são faturados (“*cash calls*”) ou a serem faturados aos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores a Companhia nos blocos não operados pela QGEF.

Do montante de R\$23.940 registrados em 31 de dezembro de 2015, R\$12.194 referem-se à parcela da consorciada OGX Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial (denominada “OGX”) e o restante de outros consorciados (R\$11.746). Os montantes em aberto em 31 de dezembro de 2015 não se encontram vencidos.

Considerando a atual situação da parceira OGX, a qual se encontra em recuperação judicial, a QGEF está monitorando este processo visando à mitigação de riscos eventualmente associados ao cumprimento das obrigações de pagamento e investimentos dessa consorciada (vide nota explicativa 30).

7. ESTOQUES - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

O saldo refere-se basicamente a materiais e insumos necessários à execução de campanhas de perfuração exploratória e em desenvolvimento do BS-4.

| | Consolidado | |
|---------------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Materiais e insumos | <u>60.164</u> | <u>54.477</u> |
| Total | <u>60.164</u> | <u>54.477</u> |
| Circulante | <u>3.064</u> | <u>54.477</u> |
| Não circulante | <u>57.100</u> | <u>-</u> |

A Companhia, corroborada pelas premissas utilizadas no plano de negócios preparado em 2015, pretende utilizar esses materiais em campanhas exploratórias ou de desenvolvimento a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Assim sendo, dos saldos existente em estoques em 31 de dezembro de 2015 foram classificados para o ativo não circulante R\$57.100.

8. PARTES RELACIONADAS

(i) Transações com parte relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, descritas na nota explicativa 11, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

| | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| <u>Ativo - circulante</u> | | |
| Contas a receber - AFBV (a) | <u>6.741</u> | <u>-</u> |
| Total | <u>6.741</u> | <u>-</u> |
| <u>Ativo - não circulante</u> | | |
| Contas a receber - AFBV (a) | <u>234</u> | <u>4.878</u> |

| | Consolidado | |
|-------|-------------|--------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Total | <u>234</u> | <u>4.878</u> |

| | Consolidado | |
|-----------------------------|-------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| <u>Passivo - circulante</u> | | |
| Contas a pagar - QGOG (b) | 9 | 8 |
| Contas a pagar - AFBV (c) | <u>411</u> | <u>328</u> |
| Total | <u>420</u> | <u>336</u> |

| | Consolidado | |
|--|--------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| <u>Resultado</u> | | |
| Receita de serviços (a) | 8.183 | - |
| Variação cambial sobre receita de serviços | 371 | - |
| Despesas gerais e administrativas (b) | 90 | 86 |
| Venda de ativo imobilizado | <u>-</u> | <u>14</u> |
| Total | <u>8.644</u> | <u>100</u> |

- (a) Referem-se a serviços de consultoria técnica prestados pela QGEF para AFBV para aquisição pela controlada no exterior de equipamentos *subsea*. Estes valores são pagos em dólar norte-americano. Em caso de atraso do pagamento, multa de 2% e juros de 1% ao mês, *pro rata die*, são cobráveis.
- (b) O montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) para contratação de seguros. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% ao mês.
- (c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos subaquáticos celebrados entre a QGEF e a AFBV categorizados como arrendamento operacional. Estes valores são pagos trimestralmente, em dólares norte-americanos.

(ii) Garantias e fianças com partes relacionadas

A Companhia outorgou garantia de performance, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela QGEF nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª Rodada de Licitação.

A Companhia possui outorga de fiança para garantir o financiamento contratado junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil), conforme mencionado na nota explicativa 14.

A QGEPP garante através de aval corporativo os empréstimos contratados pela QGEF da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do BNB, conforme mencionado na nota explicativa 14.

A Companhia é garantidora da AFBV junto à Teekay no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1, conforme mencionado na nota explicativa 21 c).

(iii) Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada e demais benefícios previstos no acordo coletivo), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

| | Controladora | |
|---------------------------|--------------|--------------|
| | 01/01/2015 | 01/01/2014 |
| | a 31/12/2015 | a 31/12/2014 |
| Benefícios de curto prazo | 3.573 | 3.113 |

| | Consolidado | |
|---------------------------|--------------|--------------|
| | 01/01/2015 | 01/01/2014 |
| | a 31/12/2015 | a 31/12/2014 |
| Benefícios de curto prazo | 12.510 | 12.252 |
| Plano de opção de ações | 2.931 | 4.548 |

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na nota explicativa 27.

9. CAIXA RESTRITO

| | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Aplicação financeira - Garantidoras (a) | 17.009 | - |
| Fundo de abandono (b) | <u>69.778</u> | <u>27.916</u> |
| Total caixa restrito | <u>86.787</u> | <u>27.916</u> |

(a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 14.

(b) O “fundo de abandono” é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o compromisso de pagamento do abandono do Campo de Manati, as quais são administradas pela Petrobras (fundo de abandono - vide nota explicativa 16) e geridas pelo Bradesco Asset Management. A rentabilidade do fundo foi de 22,94% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (8,86% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

10.1. Impostos e contribuições a recuperar

| | Controladora | | |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| IRRF sobre aplicação financeira (a) | <u>85</u> | <u>25</u> | <u>27</u> |
| Total | <u>85</u> | <u>25</u> | <u>27</u> |
| Circulante | <u>85</u> | <u>25</u> | <u>27</u> |

| | Consolidado | | |
|--|-------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) | <u>31/12/2013</u> (Reapresentado) |
| Antecipação IR e CS | 28.040 | 8.652 | 1.711 |
| IRRF sobre aplicação financeira (a) | 40.195 | 18.169 | 9.676 |
| Impostos a recuperar | 5.239 | 3.256 | 426 |
| Crédito PIS/COFINS (b) | 5.388 | 9.722 | - |
| ICMS sobre aquisições de ativo Imobilizado | <u>398</u> | <u>491</u> | <u>615</u> |
| Total | <u>79.260</u> | <u>40.290</u> | <u>12.428</u> |
| Circulante | <u>74.335</u> | <u>37.636</u> | <u>12.091</u> |
| Não circulante | <u>4.925</u> | <u>2.654</u> | <u>337</u> |

(a) Em 31 de dezembro de 2015, refere-se a IRRF incluindo os créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come-cotas".

(b) Refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado.

10.2. Impostos e contribuições a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> |
| ICMS (a) | - | - | 4.915 | 4.739 |
| PIS/COFINS (a) | 2 | - | 13.786 | 13.154 |
| IRRF | 56 | 48 | 1.295 | 938 |
| Royalties (b) | - | - | 3.230 | 3.236 |
| Participação especial (b) | - | - | 2.906 | 2.514 |
| Outros (c) | <u>1</u> | <u>-</u> | <u>1.446</u> | <u>1.732</u> |
| Total | <u>59</u> | <u>48</u> | <u>27.578</u> | <u>26.313</u> |
| Circulante | <u>59</u> | <u>48</u> | <u>27.578</u> | <u>26.313</u> |
| Não circulante | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |

(a) Débitos referentes basicamente aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati. Quanto ao ICMS, o mesmo encontra-se líquido dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 17.

- (b) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na nota explicativa 21.
- (c) Os débitos referem-se a taxa de retenção de área, ISS, tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros (ISS, INSS, PIS, COFINS e CSLL) e CIDE sobre importação de serviços.

10.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

| | Controladora | |
|--|----------------------------|---|
| | 01/01/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado) |
| Lucro antes do IR e CSLL | 93.613 | 194.824 |
| Alíquotas oficiais de imposto | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais | (31.829) | (66.240) |
| Ajuste dos encargos à taxa efetiva: | | |
| Equivalência patrimonial | 33.195 | 67.500 |
| Prejuízos fiscais não ativados (a) | (1.373) | (1.271) |
| Despesas indedutíveis/receita não tributável | | |
| Temporais | 7 | 11 |
| Imposto de renda/contribuição social diferidos | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Imposto de renda/contribuição social correntes | <u>-</u> | <u>-</u> |

- (a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 31 de dezembro de 2015 a QGEPP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$74.298 e R\$74.299 (R\$70.260 para prejuízo fiscal e R\$70.261 para base negativa em 31 de dezembro de 2014), respectivamente, sendo que a controladora QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

| | Consolidado | |
|--|----------------------------|---|
| | 01/01/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado) |
| Lucro antes do IR e CSLL | 75.710 | 211.159 |
| Alíquotas oficiais de imposto | <u>34%</u> | <u>34%</u> |
| Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais | (25.741) | (71.794) |
| Ajuste dos encargos à taxa efetiva: | | |
| Incentivos fiscais (a) | 24.935 | 62.820 |
| Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas: | | |
| Permanentes (b) | 152 | 3.807 |
| Temporais (d) | 20.327 | (9.770) |
| Prejuízos fiscais não ativados (c) | <u>(1.770)</u> | <u>(1.398)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | <u>17.903</u> | <u>(16.335)</u> |
| Imposto de renda/contribuição social correntes | (8.242) | (13.250) |
| Imposto de renda/contribuição social diferidos | 26.145 | (3.085) |

- (a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações do Campo de Manati - nota explicativa 2.17.1.
- (b) A principal adição refere-se ao plano de opção de ações.
- (c) Refere-se basicamente a prejuízos fiscais e base negativa da empresa holding QGEPP.
- (d) Refere-se basicamente as diferenças temporais descritas na nota explicativa 10.4.

10.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada QGEP, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em períodos lucrativos futuros quando efetivamente realizadas.

| | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| <u>Composição ativo fiscal diferido</u> | | |
| Participação nos lucros | 4.388 | 4.428 |
| Amortização da provisão para abandono | 37.163 | - |
| Provisão baixa de poços e devolução de blocos | - | 11.689 |
| Provisão para pesquisa e desenvolvimento | 5.339 | 4.338 |
| Provisões diversas | <u>3.729</u> | <u>773</u> |
| Total composição do ativo diferido | <u>50.619</u> | <u>21.228</u> |

| | Consolidado |
|---|---------------|
| <u>Ativo fiscal diferido</u> | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 21.228 |
| Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões: | |
| Participação nos lucros (reversão) | (40) |
| Reversão da provisão de baixa de poços devolvidos | (11.689) |
| Amortização provisão para abandono | 37.163 |
| Provisões diversas - Adições e reversões | <u>3.957</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | <u>50.619</u> |

| | |
|---------------------------------|----------------|
| <u>Passivo fiscal diferido</u> | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | (1.836) |
| Exclusões temporais | <u>(3.245)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | <u>(5.081)</u> |

A Companhia estima que o ativo fiscal diferido constituído em 31 de dezembro de 2015 será realizado nos próximos exercícios conforme cronograma apresentado abaixo, na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, suportadas por projeções efetuadas e aprovadas pela Administração e órgãos de governança (nota explicativa 3.2.3).

Cronograma esperado de realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2015:

| <u>Ativo diferido</u> | |
|-----------------------|---------------|
| 2016 | 10.094 |
| 2017 | 2.014 |
| 2018 | - |
| 2019 | - |
| 2020 | - |
| 2021 a 2023 | 1.348 |
| 2024 a 2025 | <u>37.163</u> |
| Total | <u>50.619</u> |

10.5. Lei 12.973/2014

A Administração efetuou uma avaliação preliminar das disposições contidas na Lei 12.973/2014 resultante da conversão da Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”), e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”). Embora a Lei 12.973/2014 tenha entrado em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, existia a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Administração não fez a opção de antecipação tendo em vista entender que não haveria efeitos para a Companhia.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

| <u>Participação</u> | <u>Nome da controlada</u> | <u>Local de constituição e operação</u> | <u>Participação e capital votante e total detidos - %</u> |
|---------------------|---|---|---|
| Direta | Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. | Brasil | 100% |
| Direta | QGEP International GmbH | Áustria | 100% |
| Indireta | QGEP B.V. | Holanda | 100% |
| Indireta | Atlanta Field B.V. | Holanda | 30% |

11.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas são (em R\$):

| | <u>QGEP</u> | <u>QGEP International</u> | <u>QGEP B.V.</u> | <u>AFBV</u> |
|--------------------------------|-------------|---------------------------|------------------|----------------|
| Quantidade de ações ordinárias | 191.262.711 | 1 | 1.000 | 3.000 |
| Percentual de participação | 100% | 100% | 100% | 30% |
| | <u>R\$</u> | <u>R\$</u> | <u>R\$</u> | <u>R\$ (*)</u> |
| Capital social | 2.042.553 | 109 | 2 | 20 |

| | QGEF | QGEF International | QGEF B.V. | AFBV |
|------------------------|-----------|-----------------------|-----------|---------|
| Patrimônio líquido | 2.685.960 | 167 | 164.578 | 417.059 |
| Resultado do exercício | 98.392 | (760) | (1.586) | (3.925) |
| Ativo total | 3.443.785 | 378 | 164.993 | 437.746 |
| Passivo total | 757.823 | 210 | 415 | 20.688 |
| Receita líquida | 496.192 | - | - | 4.946 |

(*) Valores apresentados referem-se ao total da AFBV.

A movimentação dos investimentos da QGEPP apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

| | Controladora | | | Consolidado |
|---|------------------|---------------|------------------|----------------|
| | QGEF | | | |
| | QGEF | International | Total | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado) | 2.583.920 | 28 | 2.583.948 | 22.843 |
| Aumento de capital | - | 925 | 925 | 78.824 |
| Plano de opção de ações | 6.267 | - | 6.267 | - |
| Pagamento de dividendos (a) | (40.599) | - | (40.599) | - |
| Ajustes acumulados de conversão | 37.983 | (25) | 37.958 | 24.629 |
| Resultado de equivalência patrimonial (b) | 98.392 | (760) | 97.632 | (1.178) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | <u>2.685.960</u> | <u>168</u> | <u>2.686.128</u> | <u>125.118</u> |

(a) No dia 12 de março de 2015, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$40.599. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 17 de abril de 2015 e os dividendos foram pagos em 5 de maio de 2015 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.

(b) Resultado apurado pelas investidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

12. IMOBILIZADO

| | Taxa de depreciação e amortização % | Consolidado | | | | |
|---|-------------------------------------|---------------|---------------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| | | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | |
| | | | | (Reapresentado) | (Reapresentado) | |
| | | Custo | Depreciação e amortização | Líquido | Líquido | Líquido |
| <u>Segmento corporativo</u> | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 10% | 2.705 | (706) | 1.999 | 2.035 | 1.719 |
| Veículos | 20% | 1.404 | (457) | 947 | 866 | 666 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 20% | 4.107 | (2.422) | 1.685 | 2.623 | 5.989 |
| Instalações | 11% | 1.556 | (271) | 1.285 | 1.552 | - |
| Computadores - Hardware | 20% | 2.533 | (1.514) | 1.019 | 1.246 | 1.471 |
| Imóveis | 3% | 6.363 | (176) | 6.187 | 6.321 | - |
| Terrenos | - | 174 | - | 174 | 173 | 120 |
| Subtotal | | <u>18.842</u> | <u>(5.546)</u> | <u>13.296</u> | <u>14.816</u> | <u>9.965</u> |
| <u>Segmento de upstream</u> | | | | | | |
| Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i) | - | 201.359 | - | 201.359 | 421.989 | 456.509 |
| Gastos com exploração de recursos naturais (ii) | | 16.844 | (12.224) | 4.620 | 1.264 | 3.018 |
| Gastos com desenvolvimento de | | | | | | |

| | Taxa de depreciação e amortização % | Consolidado | | | | |
|--|---|-------------|------------------------------|---------|-----------------|-----------------|
| | | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| | | | | | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| | | Custo | Depreciação e amortização | Líquido | Líquido | Líquido |
| produção de petróleo e gás em andamento (iv) e (v) | | 305.060 | - | 305.060 | 268.735 | 103.112 |
| Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás | (iii) | 1.052.301 | (691.178) | 361.123 | 471.812 | 541.551 |
| Subtotal | | 1.575.564 | (703.402) | 872.162 | 1.163.800 | 1.104.190 |
| Total | | 1.594.406 | (708.948) | 885.458 | 1.178.616 | 1.114.155 |

- (i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.
- (ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, os quais já estão em fase de produção.
- (iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (nota explicativa 21(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.
- (iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.
- (v) Foram capitalizados ao imobilizado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 R\$18.123 de encargos financeiros (R\$7.452 em 31 de dezembro de 2014), referente ao financiamento do FINEP. As taxas dos financiamentos relacionadas encontram-se descritas na nota explicativa 14.

| Custo | Consolidado | | | | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|---|--|---|--|---------------|
| | Gastos com imobilizados corporativos | Gastos com exploração de recursos naturais em andamento | Gastos com exploração de recursos naturais | Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento | Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás | Total |
| Saldo em 31/12/2013 (Reapresentado) | 12.385 | 456.509 | 16.844 | 103.112 | 992.714 | 1.581.564 |
| (+)Adições do exercício | 9.229 | 31.310 | (a) - | 165.621 | (b) 49.004 | (c) 255.166 |
| (-)Baixas do exercício | (3.468) | (65.830) | (d) - | - | - | (69.298) |
| Saldo em 31/12/2014 (Reapresentado) | 18.146 | 421.989 | 16.844 | 268.735 | 1.041.718 | 1.767.432 |
| (+)Adições do exercício | 978 | 111.856 | (e) - | 49.933 | (f) 133.085 | (g) 295.852 |
| (-) Baixas do exercício | (282) | (332.487) | (h) - | (13.606) | (122.502) | (i) (468.877) |
| Saldo em 31/12/2015 | 18.842 | 201.358 | 16.844 | 305.060 | 1.052.301 | 1.594.406 |

Em 31 de dezembro de 2014, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se: (a) adições ao BM-J-2 e BM-S-8, (b) adições ao BS-4, que incluem gastos com serviços de perfuração, (c) adições ao Campo de Manati, incluindo provisão para abandono, e (d) Baixa do poço Biguá e do poço de extensão de Carcará, ambos localizados no Bloco BM-S-8, baixa do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12 e baixa do BM-CAL-5.

Em 31 de dezembro de 2015, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se: (e) adições ao BM-S-8, (f) adições ao BS-4 e reversão da provisão de abandono do Campo de Atlanta, (g) adições no Campo de Manati (Campo de compressão – nota explicativa 1), incluindo provisão para abandono, (h) baixa do Bloco BM-J-2 e (i) reversão da provisão de abandono nos Campos de Camarão Norte e Manati (nota explicativa 16).

| Depreciação e amortização | Depreciação imobilizado corporativo | Amortização gastos com exploração de recursos naturais | Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás | Total |
|-------------------------------------|---|---|--|--------------|
| Saldo em 31/12/2013 (reapresentado) | (2.420) | (13.826) | (451.163) | (467.409) |
| (-) Adições do exercício | (2.620) | (1.754) | (118.741) | (123.115) |
| (+) Baixas do exercício | <u>1.710</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>1.710</u> |
| Saldo em 31/12/2014 (reapresentado) | (3.330) | (15.580) | (569.904) | (588.814) |
| (-) Adições do exercício | (2.384) | (1.339) | (116.579) | (120.302) |
| (+) Baixas do exercício | 168 | - | - | 168 |
| (+ -) Transferências do exercício | <u>-</u> | <u>4.695</u> | <u>(4.695)</u> | <u>-</u> |
| Saldo em 31/12/2015 | (5.546) | (12.224) | (691.178) | (708.948) |

Conforme critérios definidos nas notas explicativas 2.8 e 2.9, a Administração da Companhia ao efetuar sua avaliação interna de *impairment* não identificou evidências de que seus ativos imobilizados não são recuperáveis em 31 de dezembro de 2015, concluindo pela não necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados (exceto pela inviabilidade econômica do bloco exploratório BM-J-2 descrito na nota explicativa 1 que foi baixado). A Companhia não pode prever se ocorrerão eventos que ocasionem uma desvalorização dos seus ativos, quando ocorrerão ou como afetarão os valores registrados contabilmente. No entanto, a Companhia acredita que as premissas utilizadas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos de gestão e que refletem as melhores estimativas da Administração na preparação das demonstrações financeiras ora apresentadas.

13. INTANGÍVEL

| Consolidado | | | | | |
|---|------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Taxa de depreciação | Custo | Amortização | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Aquisição de concessão exploratória (i) | - | 529.399 | - | 529.399 | 529.399 |
| Bônus de assinatura (ii) | - | 195.472 | - | 195.472 | 96.324 |
| Software | 20% | <u>7.680</u> | <u>(4.194)</u> | <u>3.486</u> | <u>4.747</u> |
| Total | | <u>732.551</u> | <u>(4.194)</u> | <u>728.357</u> | <u>630.470</u> |

| Consolidado | | | | |
|---------------------------|--|------------------------|----------------|----------------|
| Custo e amortização | Aquisição de concessão exploratória | Bônus de assinatura | Software | Total |
| Saldo em 31/12/2013 | 529.399 | 97.675 | 4.276 | 631.350 |
| (+) Adições (custo) | - | - | 1.840 | 1.840 |
| (-) Baixas (custo) (iii) | - | (1.351) | - | (1.351) |
| (-) Adições (amortização) | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(1.369)</u> | <u>(1.369)</u> |
| Saldo em 31/12/2014 | <u>529.399</u> | <u>96.324</u> | <u>4.747</u> | <u>630.470</u> |
| (+) Adições (custo) (iv) | - | 100.003 | 256 | 100.259 |
| (-) Baixas (custo) (iii) | - | (855) | - | (855) |
| (-) Adições (amortização) | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(1.517)</u> | <u>(1.517)</u> |
| Saldo em 31/12/2015 | <u>529.399</u> | <u>195.472</u> | <u>3.486</u> | <u>728.357</u> |

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 e participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707. Não estão sendo amortizados, pois os campos ainda estão em fase de desenvolvimento.
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (nota explicativa 21).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2014, as baixas referem-se ao bônus de assinatura do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12 no montante de R\$205 e do Bloco BM-CAL-5 no montante de R\$1.146. Em 31 de dezembro de 2015, a baixa refere-se ao bônus de assinatura do Bloco BM-J-2, no montante de R\$855. Nos blocos baixados em 2015 e 2014, a decisão foi tomada em função da baixa atratividade indicada por estudos de viabilidade técnica e econômica das áreas.
- (iv) Refere-se ao bônus de assinatura blocos adquiridos na 13ª rodada da ANP.

Conforme critérios definidos nas notas explicativas 2.8 e 2.9, a Administração da Companhia ao efetuar sua avaliação interna de *impairment* não identificou evidências de que seus ativos intangíveis não são recuperáveis em 31 de dezembro de 2015, concluindo pela não necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis registrados em 31 de dezembro de 2015. A Companhia não pode prever se ocorrerão eventos que ocasionem uma desvalorização dos seus ativos, quando ocorrerão ou como afetarão os valores registrados contabilmente. No entanto, a Companhia acredita que as premissas utilizadas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos de gestão e que refletem as melhores estimativas da Administração na preparação das demonstrações financeiras ora apresentadas.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | Consolidado | | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|--|----------------------------|--------------|
| | | | Encargos | Forma de pagamento – juros | Vencimento |
| <u>Moeda nacional</u> | | | | | |
| BNB - Banco do Nordeste | 117.943 | — | 4,71% a.a. + bônus de adimplência de 15% | Mensal | Até Set/2026 |
| FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos: Subcrédito A | 124.159 | 124.289 | Subcrédito A: 3,5% a.a | Mensal | Até Set/2023 |
| Subcrédito B | <u>129.587</u> <u>253.746</u> | <u>128.936</u> <u>253.225</u> | Subcrédito B: TJLP + (5% a.a - 6,5% a.a) (a) | Mensal | Até Set/2023 |
| Total | <u>371.689</u> | <u>253.225</u> | Em dezembro de 2015 a TJLP foi de 7% a.a. | | |
| Circulante | 12.472 | 387 | | | |
| Não circulante | <u>359.217</u> | <u>252.838</u> | | | |
| Total consolidado | <u>371.689</u> | <u>253.225</u> | | | |

- (a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

| | |
|-------------------------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2014 | 253.225 |
| (+) Liberação de principal | 117.835 |
| (+) Adições de juros | 14.274 |
| (-) Amortização de juros | (13.723) |
| (-) Outras taxas | 78 |
| Saldo final em 31/12/2015 | <u>371.689</u> |
| (-) Custo do empréstimo FINEP | (2.046) |
| Saldo final em 31/12/2015 | <u>369.643</u> |
| Circulante | <u>12.472</u> |
| Não circulante | <u>357.171</u> |

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

| <u>Vencimentos</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--------------------|-------------------|
| 2016 | 10.741 |
| 2017 | 35.935 |
| 2018 | 35.935 |
| 2019 a 2026 | <u>289.078</u> |
| Total | <u>371.689</u> |

De acordo com os termos do contrato da FINEP, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 15/09/2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes ocorrendo a última em 15/09/2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo pela controladora QGEPP.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 20/10/2019 e as demais em meses subsequentes ocorrendo a última em 29/09/2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante todo tempo do contrato a Companhia manterá pelo menos 3 prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 9). Caso os três projetos envolvidos na dívida BNB sejam descontinuados e devolvidos à ANP, o contrato prevê a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar setembro de 2022.

15. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, consequentemente nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas demonstrações financeiras são:

IMA

A Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$779.

IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamentos realizados em 2008 e 2009, e não recolhimento de IRRF e CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamento realizado em 2010 e não recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuições para o PIS e a COFINS e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamentos realizados em 2011. A questão envolve processos em fase administrativa e judicial, onde a Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador Petrobras. No tocante à participação da QGEP, os valores em discussão referentes aos afretamentos realizados em 2008 e 2009, montam aproximadamente a R\$21.440, os valores em discussão referentes ao afretamento realizado em 2010 montam a aproximadamente R\$256 e em 2011 montam aproximadamente a R\$ 28.372.

Contratos com a QGOG

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda relacionados a estes contratos com a QGOG, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no exercício apresentado nas demonstrações financeiras.

16. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme notas explicativas 2.8 e 3.2.5. Em 31 de dezembro de 2015, esta provisão reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção, e (iii) outros custos inerentes.

Os custos com abandono foram projetados com base em uma inflação média da indústria de 2,8% ao ano (em dólares norte americanos) até a data esperado do efetivo abandono, e foram trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco em dólares norte americanos, para ativos brasileiros, de 5,4% ao ano.

Conforme mencionado na nota 2.28, a Administração identificou que as mudanças na taxa de câmbio devem ser tratadas como mudanças no valor nominal das estimativas efetuadas na provisão para abandono. Sendo assim os ajustes provenientes de variação cambial resultam em aumento ou redução do passivo (prática contábil já adotada) e sua contrapartida deve ser um aumento ou redução do ativo imobilizado correspondente em igual valor.

Movimentação da provisão para abandono no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

| | <u>Consolidado</u> |
|-------------------------------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 281.099 |
| Reversão de provisão (a) | (137.358) |
| Variação cambial e outros, líquidos | <u>82.219</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | <u>225.960</u> |

(a) A Companhia, juntamente aos seus parceiros, reavaliou a provisão de abandono referente ao Campo de Camarão Norte, Campo de Atlanta e Campo de Manati efetuando a reversão durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A reversão reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono a luz das novas tecnologias existentes e o novo patamar de custos dos prestadores de serviço para indústria de óleo e gás.

17. RECEITA LÍQUIDA

| | <u>Consolidado</u> | |
|----------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| | <u>01/01/2015 a 31/12/2015</u> | <u>01/01/2014 a 31/12/2014</u> |
| Receita bruta | <u>623.583</u> | <u>634.087</u> |
| PIS | (9.895) | (10.078) |
| COFINS | (45.575) | (46.418) |
| ICMS | (69.726) | (71.187) |
| Crédito presumido ICMS (*) | 13.945 | 14.237 |
| ISS | (409) | - |
| Descontos - reduções contratuais | <u>(15.731)</u> | <u>(17.409)</u> |
| Total de deduções | <u>(127.391)</u> | <u>(130.855)</u> |
| Receita líquida | <u>496.192</u> | <u>503.232</u> |

(*) Benefício fiscal de ICMS, conforme nota explicativa 2.17.2 - Reserva de incentivos fiscais.

18. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

18.1. Custos

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | 01/01/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
| | (Reapresentado) | |
| Custos de extração | (82.528) | (66.228) |
| Royalties e participação especial | (46.846) | (50.076) |
| Pesquisa e desenvolvimento | (5.558) | (5.467) |
| Amortização e depreciação | (117.922) | (120.495) |
| Total | <u>(252.854)</u> | <u>(242.266)</u> |

18.2. Despesas gerais e administrativas

| | Controladora | |
|-----------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | 01/01/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
| Pessoal | (3.575) | (3.119) |
| Serviços contratados de terceiros | (407) | (350) |
| Impostos e taxas | (41) | (22) |
| Anúncios e publicações | (303) | (354) |
| Manutenção | - | (10) |
| Outras despesas | <u>(158)</u> | <u>(164)</u> |
| Total | <u>(4.484)</u> | <u>(4.019)</u> |

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | 01/01/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
| Pessoal (a) | (74.288) | (72.358) |
| Serviços contratados de terceiros | (7.384) | (9.537) |
| Seguros | (2.100) | (1.358) |
| Impostos e taxas | (2.323) | (1.269) |
| Anúncios e publicações | (486) | (1.088) |
| Patrocínio | (203) | (281) |
| Serviços compartilhados | (90) | (86) |
| Amortização e depreciação | (3.901) | (3.989) |
| Manutenção | (3.448) | (1.981) |
| Locação | (2.751) | (3.651) |
| Outras despesas | (1.099) | (4.008) |
| Alocação de projetos E&P (b) | <u>45.166</u> | <u>41.131</u> |
| Total | <u>(52.907)</u> | <u>(58.475)</u> |

(a) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram registrados R\$12.906 referentes a provisão de participação nos lucros (R\$13.023 em 31 de dezembro de 2014).

- (b) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas aos blocos operados pela QGEP, relacionado aos seus parceiros não operadores.

19. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | 01/01/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
| Baixa de poço (a) | (347.869) | (72.026) |
| Aquisição e processamento sísmico | (19.156) | (27.809) |
| Gastos com geologia e geofísica | (2.815) | (6.275) |
| Outros | (16.258) | (4.238) |
| Total | (386.098) | (110.348) |

(a) Principalmente referente a baixa do bloco BM-J-2 (vide nota explicativa 1).

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

| | Controladora | |
|---|----------------------------|----------------------------|
| | 01/01/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
| Rendimento das aplicações financeiras (*) | 471 | 319 |
| Outras receitas e despesas financeiras | (6) | (3) |
| Total | <u>465</u> | <u>316</u> |

| | Consolidado | |
|---|----------------------------|----------------------------|
| | 01/01/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
| | (Reapresentado) | |
| Rendimento das aplicações financeiras (*) | 265.899 | 119.608 |
| Outras receitas e despesas financeiras | <u>6.321</u> | <u>118</u> |
| Total | <u>272.220</u> | <u>119.726</u> |

(*) Refletem receitas financeiras tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação SELIC para títulos públicos e variação da moeda corrente americana para fundo cambial (nota explicativa 4).

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

| Fase | Bacia | Bloco/ Campo | Data de concessão | Participação | % |
|----------------------------|--------------------|--------------------------------|----------------------|---|-----|
| Produção e desenvolvimento | Camamu - Almada | Manati Camarão Norte (BCAM-40) | 06/08/1998 | Petrobras (operador) | 35 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 45 |
| | | | | Geopark | 10 |
| | | | | Brasoil | 10 |
| Exploração | Santos | Atlanta e Oliva (BS-4) | 06/08/1998 | OGX | 40 |
| | Camamu - Almada | CAL-M-372 | 24/11/2004 | Barra Energia | 30 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) | 30 |
| | | | | Petrobras (operador) | 60 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 20 |
| | | | | EP Energy(i) | 20 |
| | | | | Petrobras (operador) | 66 |
| | | | | Petrogal | 14 |
| | | | | Barra Energia | 10 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 10 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) | 35 |
| | | | | Premier Oil | 35 |
| | | | | Pacific Brasil | 30 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 20 |
| | | | | Statoil Brasil (operador) | 40 |
| | | | | Petrobras | 40 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 20 |
| | | | | Statoil Brasil (operador) | 40 |
| | | | | Petrobras | 40 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) | 30 |
| | | | | Pacific Brasil | 70 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) | 50 |
| | | | | Pacific Brasil | 50 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção | 25 |
| | | | | Total (operador) | 45 |
| | | | | Premier | 30 |
| | Pernambuco-Paraíba | PEPB-M-894 | 17/09/2013 | Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) | 30 |
| | Pernambuco-Paraíba | PEPB-M-896 | 17/09/2013 | Petra Energia | 70 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) | 30 |
| | Sergipe - Alagoas | SEAL-M-351 | 23/12/2015 | Petra Energia | 70 |
| | | | | Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) | 100 |
| | Sergipe - Alagoas | SEAL-M-428 | 23/12/2015 | Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) | 100 |

(i) Em processo de transferência pela ANP para a Petrobras.

Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data de aprovação do plano de desenvolvimento. Na fase exploratória, que antecede o plano de desenvolvimento, os prazos são definidos no respectivo Contrato de Concessão.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

| Bloco/campo | Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$ | Ano do contrato | Bônus de assinatura | Área km ² | Royalties | Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais) | | |
|------------------------|--|-----------------|---------------------|----------------------|-----------|--|-----------------|----------|
| | | | | | | Exploração | Desenvolvimento | Produção |
| Manati | - | 2000 | - | 75,650 | 7,5% | 100,00 | 200,00 | 1.000,00 |
| Camarão Norte | - | 2000 | - | 16,470 | 7,5% | 100,00 | 200,00 | 1.000,00 |
| CAL-M-372 | 6,3 | 2004 | 562 | 745,031 | 10% | 239,00 | 478,00 | 2.390,00 |
| PEPB-M-896 | 7,2 | 2013 | 637 | 722,400 | 10% | 93,75 | 187,50 | 937,50 |
| PEPB-M-894 | 3,6 | 2013 | 239 | 721,200 | 10% | 93,75 | 187,50 | 937,50 |
| FZA-M-90 | 48,9 | 2013 | 18.945 | 768,500 | 10% | 644,80 | 1.289,60 | 6.448,00 |
| PAMA-M-265 | 9,1 | 2013 | 3.020 | 766,300 | 10% | 62,50 | 125,00 | 625,00 |
| PAMA-M-337 | 68,6 | 2013 | 35.206 | 769,300 | 10% | 214,93 | 429,86 | 2.149,30 |
| ES-M-598 | 27,8 | 2013 | 14.182 | 769,300 | 10% | 214,93 | 429,86 | 2.149,30 |
| ES-M-673 | 9,0 | 2013 | 12.562 | 507,2 | 10% | 95,49 | 190,98 | 954,9 |
| CE-M-661 | 33,9 | 2013 | 10.116 | 760,900 | 10% | 31,25 | 62,50 | 312,50 |
| SEAL-M-351 | 18,3 | 2015 | 63.860 | 756,86 | 10% | 875,73 | 1.741,76 | 8.757,30 |
| SEAL-M-428 | 18,3 | 2015 | 36.143 | 746,24 | 10% | 875,73 | 1.741,76 | 8.757,30 |
| BM-S-8 | - | 2000 | - | 392,000 | 10% | 396,02 | 792,04 | 3.960,20 |
| Atlanta e Oliva (BS-4) | - | 2000 | - | 199,6 | 7,8% | 200,00 | 400,00 | 2.000,00 |
| Total | <u>251</u> | | <u>195.472</u> | | | | | |

Em 31 de dezembro de 2015, o compromisso remanescente relativo a Programas exploratórios mínimos (“PEM”) das concessões mencionadas na tabela acima, anteriores à Rodada 11 de licitação da ANP (nota explicativa 1), compreende a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), prevista para ser iniciada em 2016.

Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2017.

Nos blocos adquiridos na Rodada 13 não há o compromisso de perfuração de poço nos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428.

Os compromissos com avaliação de descoberta do Bloco BM-S 8 compreendem: (i) perfuração de um poço (Guanxuma) e (ii) a realização de um teste de formação e de um teste de longa duração.

A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações.

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP:

- **Royalties** - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram provisionados R\$37.679 (R\$38.889 em 31 de dezembro de 2014) de royalties referentes à produção do campo Manati dos quais R\$3.230 (R\$3.236 em 31 de dezembro de 2014) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.

- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram registrados R\$9.167 (R\$11.187 em 31 de dezembro de 2014) de participação especial na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$2.906 (R\$2.514 em 31 de dezembro de 2014) permanecem no passivo a pagar naquela data.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi desembolsado o montante de R\$604 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$1.201 em 31 de dezembro de 2014).

b) Informações sobre as reservas

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram apresentadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada comercializável está apresentada conforme abaixo:

| | |
|---|---|
| | Reserva total campo (MMm ³) (não revisado pelos auditores independentes) |
| Reserva provada estimada pela Gaffney e Cline & Associates em 31/12/2015 (*) | <u>10.087</u> |

- (*) Montante estimado a partir da reserva certificada em dezembro de 2014 por peritos especialistas, deduzidas das produções mensais até 31/12/2015 e ajustada pelo aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati entre a QGEP e a Petrobras assinado em 16 de julho de 2015 (nota explicativa 5).

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP no total de R\$330.033. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R\$250.983, operação de desativação do sistema de produção antecipada no Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$63.828 e desenvolvimento do Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$15.222.

A QGEPP é garantidora de parceiro junto à Teekay no montante de USD14,400 (R\$56.229 ptax em 31 de dezembro 2015), referente a 10% das obrigações da AFBV no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1.

22. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como compromissos junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos para a campanha exploratória e de desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

| | Consolidado (*) | | |
|-----------------------|-----------------|----------------|---------------------------|
| | <u>2016</u> | <u>2017</u> | <u>2018 em diante</u> |
| Total de compromissos | <u>254.784</u> | <u>130.713</u> | <u>248.501</u> |

(*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios por ela operados.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

| 31/12/2015 | | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Valor contábil | Valor Justo | Valor contábil | Valor justo |
| <u>Ativos financeiros</u> | | | | |
| Mantidos até o vencimento | | | | |
| Caixa restrito | - | - | 86.787 | 86.787 |
| Empréstimos e recebíveis | | | | |
| Caixa e depósitos bancários | 100 | 100 | 76.095 | 76.095 |
| Contas a receber (i) | - | - | 102.615 | 102.615 |
| Partes relacionadas | - | - | 6.975 | 6.975 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Equivalentes de caixa (ii) | - | - | 104.577 | 104.577 |
| Aplicações financeiras (ii) | - | - | 1.099.274 | 1.099.274 |
| <u>Passivos financeiros</u> | | | | |
| Custo amortizado: | | | | |
| Fornecedores (i) | 71 | 71 | 71.663 | 71.663 |
| Partes relacionadas | - | - | 420 | 420 |
| Empréstimos e financiamentos (ii) | - | - | 369.643 | 280.763 |

| 31/12/2014 | | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | Valor contábil | Valor Justo | Valor contábil | Valor justo |
| <u>Ativos financeiros</u> | | | | |
| Mantidos até o vencimento | | | | |
| Caixa restrito | - | - | 27.916 | 27.916 |
| Empréstimos e recebíveis | | | | |
| Caixa e depósitos bancários | 1 | 1 | 17.444 | 17.444 |
| Contas a receber (i) | - | - | 101.627 | 101.627 |
| Partes relacionadas | - | - | 4.878 | 4.878 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | |
| Equivalentes de caixa (ii) | - | - | 99.747 | 99.747 |
| Aplicações financeiras (ii) | - | - | 1.011.417 | 1.011.417 |
| <u>Passivos financeiros</u> | | | | |
| Custo amortizado: | | | | |
| Fornecedores (i) | 47 | 47 | 35.199 | 35.199 |
| Partes relacionadas | - | - | 336 | 336 |
| Empréstimos e financiamentos (ii) | - | - | 250.915 | 210.452 |

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros:

- (i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

| | Controladora | |
|--------------|------------------|--------------|
| | <u>Até 1 ano</u> | <u>Total</u> |
| Fornecedores | <u>71</u> | <u>71</u> |
| Total | <u>71</u> | <u>71</u> |

| | Consolidado | | | | |
|------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|--------------------|----------------|
| | <u>Até 1 mês</u> | <u>De 1 a 3 meses</u> | <u>Até 1 ano</u> | <u>Até 10 anos</u> | <u>Total</u> |
| Fornecedores | 58.353 | 660 | 12.650 | - | 71.663 |
| Partes relacionadas | - | - | 420 | - | 420 |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | <u>12.472</u> | <u>357.171</u> | <u>369.643</u> |
| Total | <u>58.353</u> | <u>660</u> | <u>25.542</u> | <u>357.171</u> | <u>441.726</u> |

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (97,6% em 31 de dezembro de 2015 e 95,8% em 31 de dezembro de 2014). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, controlada pelo Governo Federal, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foi registrada perda com créditos junto ao cliente Petrobras.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na Nota explicativa 6.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais e atividades de financiamento (empréstimos e financiamentos) para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada, enquanto parcela dos empréstimos e financiamentos estão atrelados a TJLP.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

| <u>Operação</u> | <u>Saldo em 31/12/2015</u> | <u>Risco</u> | <u>Cenário provável (a)</u> | <u>Cenário I - deterioração de 25%</u> | <u>Cenário II - Deterioração de 50%</u> |
|--|----------------------------|----------------|-----------------------------|--|---|
| CDI anual em 31 de dezembro de 2015 (14,14%) | 783.171 | | | | |
| Equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) - efetivo | | Redução do CDI | | | |
| Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2016 | | | 14,25% | 10,69% | 7,13% |
| Equivalentes de caixa e aplicações financeiras - estimado | | Redução do CDI | 894.773 | 862.897 | 831.020 |
| Receita estimada em 31 de dezembro de 2016 | | | 111.602 | 79.726 | 47.849 |
| Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 | | | - | (31.876) | (63.753) |

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

| Saldo em | Cenário | Cenário I - deterioração | Cenário II - Deterioração |
|----------|---------|--------------------------|---------------------------|
|----------|---------|--------------------------|---------------------------|

| <u>Operação</u> | <u>31/12/2015</u> | <u>Risco</u> | <u>provável (a)</u> | <u>de 25%</u> | <u>de 50%</u> |
|--|-------------------|----------------|---------------------|---------------|---------------|
| CDI anual em 31 de dezembro de 2015 (14,14%) | 69.778 | | | | |
| Caixa restrito: | | | | | |
| Fundo da provisão de abandono | | Redução do CDI | | | |
| Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2016 | | | 14,25% | 10,69% | 7,13% |
| Fundo da provisão de abandono – estimado em 31 de dezembro de 2016 | | Redução do CDI | 79.721 | 76.881 | 74.041 |
| Receita estimada em 31 de dezembro de 2016 | | | 9.943 | 7.103 | 4.263 |
| Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 | | | - | (2.840) | (5.680) |

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

| <u>Operação</u> | <u>Saldo em 31/12/2015</u> | <u>Risco</u> | <u>Cenário provável (a)</u> | <u>Cenário I - deterioração de 25%</u> | <u>Cenário II - deterioração de 50%</u> |
|---|----------------------------|--------------|-----------------------------|--|---|
| TJLP em 31 de dezembro de 2015 (7% a.a.) | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos: | | | | | |
| FINEP | 129.587(b) | Alta da TJLP | | | |
| Empréstimos e financiamentos: | | | | | |
| Taxa efetiva da TJLP para 31 de dezembro de 2015 | | Alta da TJLP | 7% | 8,75% | 10,50% |
| Despesa estimada em 31 de dezembro de 2016 | | | 9.071 | 11.498 | 13.924 |
| Empréstimos e financiamentos- estimado em 31 de dezembro de 2016 | | | 138.658 | 141.085 | 143.511 |
| Efeito do incremento nas despesas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 | | | - | 2.427 | 4.853 |

(a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP.

f) Risco de taxa de câmbio

Esse risco é basicamente proveniente da redução da taxa de câmbio sobre as transações em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma desvalorização do dólar norte-americano em relação ao Real e o impacto sobre transações indexadas em dólar norte - americano contratadas pela Companhia.

| <u>Operação</u> | <u>Risco</u> | Consolidado | | | |
|--|-----------------|----------------------|--------------|----------------|--------------|
| | | 31/12/2015 | | | |
| | | Cenário provável (a) | | Cenário | |
| | | Saldo em USD | Saldo em R\$ | Possível (25%) | Remoto (50%) |
| Dólar efetivo em 31 de dezembro de 2015 (R\$3,90) | | | | | |
| Fundo cambial - ativo | Redução do US\$ | 107.734 | 420.680 | 420.680 | 420.680 |
| Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2016 | | | 4,19 | 3,14 | 2,10 |
| Fundo cambial - estimado em 31 de dezembro de 2016 | | | 451.405 | 338.554 | 225.703 |
| Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 | | | 30.726 | (82.126) | (194.177) |
| Efeito da redução na receita financeira em 31 de dezembro de 2016 | | | - | (112.851) | (225.703) |

(a) Cenário provável da taxa de câmbio para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

| Acionista | Nº de ações Ordinárias | % de Participação |
|---------------------|------------------------|-------------------|
| Queiroz Galvão S.A. | 167.459.291 | 63,0 |
| FIP Quantum | 18.606.588 | 7,0 |
| Ações em circulação | 71.575.162 | 26,9 |
| Ações em tesouraria | 7.954.632 | 3,0 |
| Administradores | 211.232 | 0,1 |
| Total | <u>265.806.905</u> | <u>100</u> |

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

| | 01/01/2015 a 31/12/2015 | 01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado) |
|---|----------------------------|---|
| <u>Resultado básico e diluído por ação</u> | | |
| Numerador: | 93.613 | 194.824 |
| Lucro líquido do exercício | | |
| Denominador (em milhares de ações): | | |
| Média ponderada de número de ações ordinárias | <u>257.852</u> | <u>259.325</u> |
| Resultado básico e diluído por ação ordinária | <u>0,36</u> | <u>0,75</u> |

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 as opções de ações não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2015, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2011 a 2015 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014, R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

| | Planos de opções de compra de ações 12/03/2015 | Planos de opções de compra de ações 24/02/2014 | Planos de opções de compra de ações 14/03/2013 | Planos de opções de compra de ações 29/05/2012 | Planos de opções de compra de ações 26/03/2012 | Planos de opções de compra de ações 29/04/2011 |
|--|--|--|--|--|--|--|
| Data da reunião do Conselho de Administração | 12/03/2015 | 24/02/2014 | 11/03/2013 | 28/05/2012 | 23/03/2012 | 29/04/2011 |
| Total de opções concedidas e outorgadas | 2.334.915 | 2.296.500 | 2.120.319 | 550.000 | 1.941.517 | 1.097.439 |
| Preço de exercício da opção | R\$6,36 | R\$8,98 | R\$12,83 | R\$12,81 | R\$14,17 | R\$19,00 |
| Valor justo da opção na data da concessão | R\$1,96 | R\$2,65 | R\$4,11 | R\$3,87 | R\$5,31 | R\$9,87 |
| Volatilidade estimada do preço da ação | 36,96% | 43,36% | 43,92% | 49,88% | 53,24% | 59,24% |
| Dividendo esperado | 2,47% | 3,84% | 1,89% | 1,93% | 1,93% | 2,35% |
| Taxa de retorno livre de risco | 6,39% | 6,20% | 3,81% | 4,06% | 4,69% | 6,36% |
| Duração da opção (em anos) | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 |

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

| | Opções de ações | Preço de Exercício médio ponderado |
|--|-------------------|------------------------------------|
| Opções em circulação em 31 de dezembro de 2013 | <u>5.709.275</u> | <u>14,70</u> |
| Concedidas no período - 24/02/2014 | <u>2.296.500</u> | <u>8,98</u> |
| Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014 | <u>8.005.775</u> | <u>13,56</u> |
| Concedidas no período - 12/03/2015 | <u>2.334.915</u> | <u>6,36</u> |
| Opções em circulação em 31 de dezembro de 2015 | <u>10.340.690</u> | <u>12,36</u> |

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão sumariadas abaixo:

| Plano | Opções em circulação | | | Opções exercíveis | |
|-------------------------|----------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------|------------------------------|
| | Opções em circulação em dez/2015 | Maturidade em anos | Preço de exercício | Opções exercíveis em dez/2015 | Preço de exercício médio (*) |
| Plano 2015 | 2.334.915 | 7 | 6,36 | - | 6,36 |
| Plano 2014 | 2.296.500 | 7 | 8,98 | 1.977.775 | 9,67 |
| Plano 2013 | 2.120.319 | 7 | 12,83 | 1.766.933 | 14,69 |
| Plano 2012 - 2ª outorga | 550.000 | 7 | 12,81 | 550.000 | 15,81 |
| Plano 2012 - 1ª outorga | 1.941.517 | 7 | 14,17 | 1.941.517 | 17,40 |
| Plano 2011 | 1.097.439 | 7 | 19,00 | 1.097.439 | 24,48 |

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC").

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$6.267, sendo R\$406 da 1ª outorga do plano de 2012, R\$147 da 2ª outorga do plano de 2012, R\$1.717 da outorga do plano de 2013, R\$2.099 da outorga do plano de 2014 e R\$1.898 da outorga do plano de 2015, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

A redução do saldo em 31 de dezembro de 2015 quando comparado com os reflexos de 2014 deve-se à revisão das premissas referentes a “service conditions” dos respectivos planos de outorgas dos exercícios anteriores, bem como o não reconhecimento de despesa do Plano referente a 2011 (duração da opção por 3 anos).

iv. Dividendos

O Conselho de Administração, seguindo a nova política de dividendos da Companhia aprovada em 12 de março de 2015, que estabelece o pagamento de dividendos mínimos de 0,001% calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$38.678, sendo R\$1 referente a dividendos mínimos obrigatórios e R\$38.677 referente a dividendos adicionais ao mínimo obrigatório do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 05 de maio de 2015 foram pagos R\$38.676 referentes a dividendos adicionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais foram aprovados em 12 de março de 2015. Ambos os dividendos mínimos obrigatórios e adicionais ao mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 montam a R\$0,15 por ação em circulação.

v. Destinação do lucro do exercício

O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação do lucro do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações:

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) |
|------------------------------------|-------------------|--------------------------------------|
| Lucro líquido do exercício | 93.613 | 194.824 (*) |
| Constituição da reserva legal (5%) | (4.681) | (8.303) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (1) | (2) |
| Dividendos adicionais/pagos | (38.677) | (38.676) |
| Reserva de investimentos | (50.255) | (186.519) (*) |

(*) reserva de investimentos em 31 de dezembro de 2014 reapresentada conforme descrito na nota explicativa 2.28.

Os saldos comparativos da destinação societária da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram afetados pela reapresentação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 conforme descrito na nota explicativa 2.28. A Administração manteve a destinação societária da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 conforme demonstração financeira aprovada pelo conselho de administração em 12 de março de 2015.

Os efeitos dos ajustes de exercícios anteriores descritos na nota explicativa 2.28, que para fins de preparação das demonstrações financeiras ora apresentadas, foram divulgados conforme CPC 23, para fins de remensuração da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, estes últimos quando aplicáveis, foram contemplados na destinação societária em 31 de dezembro de 2015. Desta forma, o total da reserva legal destinada no exercício findo em 31 de dezembro 2015 foi de R\$ 7.739, dos quais R\$ 4.681 referem-se a 5% do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 3.059 referem-se a 5% dos ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 61.176, conforme mencionado na nota 2.28.

A reserva de lucros para investimento foi constituída em 31 de dezembro de 2015 com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos, a qual será submetida à aprovação na próxima Assembleia de Acionistas.

25. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos 2011 a 2014.

| Plano | Data de autorização de recompra | Volume recomprado |
|------------|---------------------------------|-------------------|
| Plano 2011 | 24/04/2012 | 1.097.439 |
| Plano 2012 | 9/07/2012 | 2.491.517 |
| Plano 2013 | 6/05/2013 | 2.120.319 |
| Plano 2014 | 24/02/2014 | 2.245.357 |

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

| | <u>Ações ordinárias (*)</u> | <u>Valor - R\$mil</u> |
|--|-----------------------------|-----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | - | - |
| Movimentação do período | | |
| Outorga de opção de compra de ações 2011 | 1.097.439 | 9.107 |
| Outorga de opção de compra de ações 2012 | <u>2.491.517</u> | <u>29.792</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | <u>3.588.956</u> | <u>38.899</u> |
| Outorga de opção de compra de ações 2013 | <u>2.120.319</u> | <u>23.601</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | <u>5.709.275</u> | <u>62.500</u> |
| Outorga de opção de compra de ações 2014 | <u>2.245.357</u> | <u>18.507</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2015 | <u>7.954.632</u> | <u>81.007</u> |

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)

| | |
|--------|-------|
| Mínimo | 7,88 |
| Médio | 10,60 |
| Máximo | 13,39 |

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações ordinárias em tesouraria em 31 de dezembro de 2015:

| | |
|---------------------------------------|---------------|
| Quantidade de ações em tesouraria | 7.954.632 |
| Cotação por ação na BM&FBOVESPA (R\$) | <u>5,83</u> |
| Valor de mercado (R\$mil) | <u>46.376</u> |

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2015 representa 3,0% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

26. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

| <u>Modalidade</u> | <u>Data de vigência</u> | | <u>Importâncias seguradas</u> |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------|-------------------------------|
| | <u>Início</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Dez-15</u> |
| Responsabilidade civil geral | 16/01/2015 | 21/01/2017 | 474.858 |
| Riscos de petróleo e operacionais | 05/07/2015 | 21/01/2017 | 358.318 |
| Total | | | <u>833.176</u> |

27. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime de tributação, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do período de carência o valor já pago pela Companhia é depositado em um fundo inominado que poderá ser utilizado para quitação de faturamentos futuros. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$1.252 em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.083 em 31 de dezembro de 2014), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

| | <u>31/12/2015</u> | <u>31/12/2014</u> (Reapresentado) |
|--------------------------------------|-------------------|--------------------------------------|
| Fornecedores de imobilizado | 23.826 | 6.134 |
| Reversão de provisão de abandono | 137.358 | - |
| Provisão para abandono e imobilizado | 102.981 | 26.536 |
| Encargos financeiros capitalizados | 18.123 | 7.452 |

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2016.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 19 de janeiro de 2016 foi emitido o “*cash call*” 01/2016 referente às operações do Bloco BS-4 no montante total de R\$19.563 com vencimento em 3 de fevereiro de 2016. Deste montante, o valor de R\$8.794 refere-se ao parceiro OGX. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras (nota explicativa 29) não identificamos o recebimento deste crédito referente ao mês de janeiro de 2016.

No dia 23 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração autorizou o sexto programa de outorga de opção de compra de ações relativo ao exercício de 2016, no total de 2.334.915 ações, a serem adquiridas em prazo máximo de 365 dias a contar da data de sua aprovação.
